



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**V CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

**Anexo I**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

**DIREITO CIVIL**

- 1 – DAS PESSOAS. DA PERSONALIDADE. CAPACIDADE JURÍDICA E DE FATO. DA PESSOA NATURAL E JURÍDICA. REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA. EMANCIPAÇÃO. ENTES NÃO PERSONALIZADOS. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO E DE DIREITO PÚBLICO. FIM DA PESSOA. DO DOMICÍLIO EM GERAL. DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.
- 2 – DO OBJETO DO DIREITO. PATRIMÔNIO. BENS. BEM DE FAMÍLIA. DIREITOS REGISTRÁVEIS E NÃO REGISTRÁVEIS. REGISTROS DOS BENS.
- 3 – DOS FATOS JURÍDICOS. TEORIA DO NEGÓCIO JURÍDICO. DAS MODALIDADES DOS ATOS JURÍDICOS. DOS DEFEITOS DOS ATOS JURÍDICOS. TEORIA DAS NULIDADES.
- 4 – ATOS ILÍCITOS. DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM GERAL. CONCEITO; EVOLUÇÃO; ESPÉCIES; PRESSUPOSTOS. DOLO. CULPA. DANO. REPARAÇÃO. TUTELA DOS DIREITOS. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.
- 5 – TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES. DAS FONTES. DAS MODALIDADES. DO ADIMPLEMENTO E INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. DA CLÁUSULA PENAL. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.
- 6 – DOS CONTRATOS. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS. CONVENÇÃO. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. NOVOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS. CLASSIFICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS. TEORIA DA IMPREVISÃO E ONEROSIDADE EXCESSIVA. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. VÍCIOS REDIBITÓRIOS. EVICÇÃO.
- 7 – DIREITO DAS COISAS. POSSE. ESPÉCIES. AQUISIÇÃO E PERDA. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. USUCAPIÃO. PROCESSO DE USUCAPIÃO. A PROPRIEDADE. EVOLUÇÃO. NATUREZA, FUNDAMENTO E CARACTERES. PROTEÇÃO E ESPÉCIES. PROPRIEDADE IMÓVEL. MODOS DE AQUISIÇÃO. PERDA. DIREITO DE VIZINHANÇA. CONDOMÍNIO. PROPRIEDADE RESOLÚVEL. PROPRIEDADE MÓVEL. DIREITO DO AUTOR. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.
- 8 – DIREITO DE FAMÍLIA. DO CASAMENTO. FORMALIDADES. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS. CASAMENTO INEXISTENTE, NULO E ANULÁVEL. CASAMENTO PUTATIVO E NUNCUPATIVO. EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO. REGIMES DE BENS ENTRE CÔNJUGES. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL.
- 9 – UNIÃO ESTÁVEL. EFEITOS JURÍDICOS. ENTIDADE FAMILIAR. RELAÇÃO DE PARENTESCO. DA FILIAÇÃO. ADOÇÃO E PÁTRIO-PODER. TUTELA. CURATELA. AUSÊNCIA. ALIMENTOS.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

10 – DIREITO DAS SUCESSÕES. DA ABERTURA DA SUCESSÃO. TRANSMISSÃO DA HERANÇA. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA. HERANÇA JACENTE E VACANTE. INDIGNIDADE. SUCESSÃO LEGÍTIMA. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. HERDEIROS NECESSÁRIOS. INVENTÁRIO E PARTILHA. COLAÇÕES. SONEGADOS. PAGAMENTO DAS DÍVIDAS.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

- 1 – DA AÇÃO – ELEMENTOS, CONDIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO; PARTE E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL. DOS LITISCONSÓRCIOS E DA ASSISTÊNCIA. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIRO NO PROCESSO. DA COMPETÊNCIA E SEUS CRITÉRIOS.
- 2 – PROCESSO E PROCEDIMENTO. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE PROCESSO. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO. DO PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. DA CONEXÃO, LITISPENDÊNCIA E CONTINÊNCIA. DA LIMINAR. LEGITIMAÇÃO.
- 3 – DA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. DA RESPOSTA DO RÉU. CONTESTAÇÃO. DAS EXCEÇÕES. DA RECONVENÇÃO. DA REVELIA. DA DECLARAÇÃO INCIDENTE.
- 4 – DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR. DA TUTELA ANTECIPADA. SANEAMENTO DO PROCESSO. DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.
- 5 – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. DA SENTENÇA. COISA JULGADA. LIMITES DA COISA JULGADA.
- 6 – DOS RECURSOS EM GERAL. DA APELAÇÃO. DO AGRAVO. DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSOS INOMINADOS. DA RECLAMAÇÃO. DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS. O REGIMENTO INTERNO DO TJ/AP. DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL. DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
- 7 – DA EXECUÇÃO EM GERAL. DO JUIZ E DAS PARTES. DA COMPETÊNCIA. DOS TÍTULOS EXECUTIVOS. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR E SUAS ESPÉCIES. DA REMIÇÃO. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. DA TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU NÃO FAZER.
- 8 – DO PROCESSO CAUTELAR. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA. DA AÇÃO RESCISÓRIA.
- 9 – DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS. DA AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. DA AÇÃO DE NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA. DA CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM. DAS DECISÕES VINCULANTES. DAS AÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE. DO MANDADO DE INJUNÇÃO.
- 10 – DO PROCESSO DE INVENTÁRIO.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

11 – DO MANDADO DE SEGURANÇA. DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DA AÇÃO POPULAR. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (Lei nº 9.099/95). DA TUTELA JURISDICCIONAL DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS.

12 – LEI 8.560/92

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.

2 – A LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.

3 – PERSECUÇÃO CRIMINAL EXTRAJUDICIAL: O INQUÉRITO POLICIAL, O MINISTÉRIO PÚBLICO E A POLÍCIA JUDICIÁRIA.

4 – PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA.

5 – AÇÃO PENAL. CLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS. CONDIÇÕES. A JUSTA CAUSA. DENÚNCIA. QUEIXA. ADITAMENTO.

6 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.

7 – SUJEITOS PROCESSUAIS.

8 – CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.

9 – PROCEDIMENTOS DA AÇÃO PENAL CONDENATÓRIA: COMUNS E ESPECIAIS. PROCEDIMENTO DO JÚRI. CLASSIFICAÇÃO. RITOS. PRAZOS E PECULIARIDADES.

10 – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. EXCEÇÕES.

11 – DA PROVA EM GERAL E EM ESPÉCIE.

12 – SENTENÇA. A VALIDADE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA CRIMINAL ENQUANTO COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL.

13 – NULIDADES.

14 – RECURSOS EM GERAL. PRESSUPOSTOS RECURSAIS. RECURSOS EM ESPÉCIE.

15 – RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.

16 – HABEAS-CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CORREIÇÃO PARCIAL.

17 – EXECUÇÃO PENAL.

18 – JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - LEI Nº 9.099/95.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

19 – PROCESSO PENAL FALIMENTAR.

20 – PROCESSO PENAL MILITAR. (DECRETO-LEI 1.002/69)

21 – ASPECTOS PROCESSUAIS DAS SEGUINTE LEIS ESPECIAIS: 10.259/01; 6.368/76; 10.409/02; 4.898/65; 5.250/67; 9.503/97; 8.072/90; 8.930/94; 9.455/97; 7.960/89; 9.613/98; 9.605/98; 9.296/96; 9.034/95; 8.038/90; 10.741/03; 10.792/03; 10.826/03.

### **DIREITO PENAL**

1 – GARANTIAS PENAIS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO.

2 – DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

3 – DO CRIME (TEORIA GERAL).

4 – DO CONCURSO DE PESSOAS.

5 – DAS PENAS: ESPÉCIES. COMINAÇÃO. APLICAÇÃO. EXECUÇÃO DA PENA - LEI Nº 7.210/84. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DA REABILITAÇÃO.

6 – DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.

7 – DA AÇÃO PENAL.

8 – DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

9 – CRIMES CONTRA A PESSOA (ARTS. 121 A 154).

10 – CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 155 A 183).

11 – CRIMES CONTRA OS COSTUMES (ARTS. 213 A 234).

12 – CRIMES CONTRA A FAMÍLIA (ARTS. 235 A 249).

13 – CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA (ARTS. 250 A 285).

14 – CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA (ARTS. 289 A 311).

15 – CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 312 A 359).

16 – CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 4.898/65.

17 – CRIMES PREVISTOS NA LEI ANTITÓXICOS – LEI Nº 6.368/65.

18 – CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR - LEI Nº 8.078/90.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

- 19 – CRIMES HEDIONDOS - LEI Nº 8.072/90.
- 20 – CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - LEIS NºS 2.252/54 E 8.069/90.
- 21 – CRIMES DE IMPRENSA - LEI Nº 5.250/67.
- 22 – CRIMES ELEITORAIS - LEIS NºS 4.737/65, 6.091/74 E 7.021/82.
- 23 – CONTRAVENÇÕES PENAIS - DECRETO-LEI Nº 3.688/41.
- 24 – CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA, TRIBUTÁRIA E RELAÇÕES DE CONSUMO - LEIS NºS 8.137/90 E 8.176/91.
- 25 – DISPOSIÇÕES PENAIS DA LEI Nº 8.429/92.
- 26 – CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 8.666/93.
- 27 – CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 6.766/79.
- 28 – CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NºS 7.347/85, 6.938/81 E 7.802/89.
- 29 – CRIMES FALIMENTARES - DECRETO-LEI Nº 7.661/45.
- 30 – CRIMES PREVISTOS NA LEI 7.716/89;
- 31 – LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (LEI Nº 9.099/95).
- 32 – CRIMES PREVISTOS NA LEI 9.455/97;
- 33 – CRIMES DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI Nº 9.503/97.
- 34 – LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS, Nº 9.605/98.
- 35 – LEI DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. LEI 9.613/98.
- 36 – LEI DO PORTE DE ARMA, Nº 10.826/03.
- 37 – DECRETO-LEI Nº 201/67

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1 – HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL. CONCEITOS DE CONSTITUIÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ. NORMAS CONSTITUCIONAIS. PODER CONSTITUINTE.
- 2 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E SUA EFETIVAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, EDUCAÇÃO, À FAMÍLIA, À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO IDOSO. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

- 3 – DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E DA NACIONALIDADE. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
- 4 – INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGÜIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
- 5 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.
- 6 – SERVIDORES PÚBLICOS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS.
- 7 – PODER LEGISLATIVO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. IMUNIDADES E INCOMPATIBILIDADES PARLAMENTARES. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS.
- 8 – PODER EXECUTIVO. FEDERAÇÃO BRASILEIRA. INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL. JUSTIÇA ELEITORAL.
- 9 – PODER JUDICIÁRIO.
- 10 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. ABUSO DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO NO DIREITO ELEITORAL.
- 11 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 1 – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.
- 2 – ATOS ADMINISTRATIVOS.
- 3 – PODERES ADMINISTRATIVOS. CONSIDERAÇÕES GERAIS. ABUSO. ESPÉCIES.
- 4 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. FORMALIZAÇÃO. INEXECUÇÃO E RESCISÃO. CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
- 5 – LICITAÇÃO. CONCEITO. PRINCÍPIOS. OBJETO. MODALIDADES E FASES. DISPENSA.
- 6 – SERVIÇOS PÚBLICOS. BENS PÚBLICOS. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.
- 7 – SERVIDORES PÚBLICOS. CONCEITO. ESPÉCIES. REGIMES JURÍDICOS. ORGANIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO. RESPONSABILIDADES.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

- 8 – DESAPROPRIAÇÃO. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. TOMBAMENTO. ZONEAMENTO.
- 9 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.
- 10 – CONTROLE ADMINISTRATIVO E JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO. LIMITES. MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO POPULAR.

### **DIREITO COMERCIAL**

- 1 – EMPRESA. MICRO-EMPRESA E EMPRESÁRIO. CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE COMERCIAL.
- 2 – ESTABELECIMENTO COMERCIAL.
- 3 – SOCIEDADE COMERCIAL. PERSONALIDADE JURÍDICA. ATO CONSTITUTIVO. TIPO DE SOCIEDADES DE PESSOAS E CAPITAIS. GERÊNCIA E FIGURA DO SÓCIO. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO.
- 4 – SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.
- 5 – SOCIEDADES ANÔNIMAS.
- 6 – TÍTULOS DE CRÉDITO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.
- 7 – FALÊNCIA.
- 8 – CONCORDATA PREVENTIVA E SUSPENSIVA.
- 9 – INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL.

### **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

- 1 – PATRIMÔNIO PÚBLICO: DEC-LEI Nº 201/67. LEI 8.429/92.
- 2 – INFÂNCIA E JUVENTUDE: LEI Nº 8.069/90.
- 3 – PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E IDOSAS: LEI Nº 7.853/89; LEI 10.741/03.
- 4 – SAÚDE: LEI Nº 8.080/90.
- 5 – MEIO AMBIENTE; PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E DIREITO URBANÍSTICO: DEC-LEI Nº 25/37; LEI Nº 4.771/65; LEI Nº 6.766/79; LEI Nº 6.938/81; LEI Nº 9.433/97; LEI Nº 9.605/98; LEI Nº 10.257/01.
- 6 – CONSUMIDOR: LEI Nº 8.078/90; LEI Nº 8.884/94; DECRETO FEDERAL 2.181/97.
- 7 – ELEITORAL: LEI Nº 4.737/65; LEI COMPLEMENTAR Nº 64/90; LEI Nº 9.504/97 .



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

8 – INSTITUCIONAL: LEI Nº 8.625/93 (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO); LEI Nº 009/94 (LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO).

9 – INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA: LEI Nº 7.347/85.

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

1 – ORTOGRAFIA.

2 – PONTUAÇÃO.

3 – MORFOLOGIA.

4 – SINTAXE.

5 – SEMÂNTICA.